



Cursos de graduação no Sinaes: a prática institucional entre parâmetros nacionais e internacionais de avaliação e acreditação da qualidade

José Carlos Rothen¹, Joelma dos Santos Bernardes², Regilson Maciel Borges³ e Claudia Maffini Griboiski⁴

¹Departamento de Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, Rod. Washington Luís, km 235, 13565-905, São Carlos, São Paulo, Brasil. ²Universidade Virtual do Estado de São Paulo, Butantã, 05508901, São Paulo, São Paulo, Brasil. ³Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. ⁴Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. *Autor para Correspondência: E-mail: joelma.santos833@gmail.com

RESUMO. O artigo objetiva compreender os parâmetros oficiais de qualidade presentes na avaliação dos cursos de graduação. Apresenta abordagem teórica da avaliação, discussão dos parâmetros nacionais e internacionais de avaliação e acreditação da qualidade, análise de documentos oficiais e um estudo de caso em cursos nas áreas de Administração, Enfermagem, Engenharia e Pedagogia, realizando análise de documentos institucionais, resultado das avaliações e entrevistas. Conclui-se, a partir da análise documental, que o Sinaes estabeleceu padrões de qualidade variáveis: a) concepção pedagógico/formativa presente na autoavaliação institucional; b) cumprimento de requisitos legais dispostos no instrumento de avaliação de cursos de graduação; e c) desempenho dos estudantes, como base para o cálculo dos indicadores para cursos e IES. Os estudos de caso resultaram em dois grupos. No primeiro, se observa a presença, na prática institucional, de elementos que os instrumentos de avaliação *in loco* valorizam: participação da comunidade acadêmica, coerência do projeto pedagógico com o institucional, articulação entre graduação e pós-graduação, perfil socioeconômico do egresso e articulação entre formação profissional e a sociedade. No segundo, a IES demonstra seguir a lógica reguladora, tomando o Enade e os outros instrumentos de avaliação como referência da qualidade de cursos e adequando a eles o seu projeto institucional.

Palavras-chave: avaliação da educação superior; sistemas de avaliação; sistemas de acreditação; qualidade universitária.

Undergraduate courses in Sinaes: the institutional practice between national and international parameters for evaluation and accreditation of quality

ABSTRACT. This paper aims to understand the official quality parameters present in the evaluation of undergraduate courses. It presents a theoretical approach to evaluation, a discussion on national and international parameters for evaluation and accreditation of quality, an analysis of official documents and a case study involving Administration, Nursing, Engineering and Pedagogy undergraduate courses, examining institutional documents, results of evaluations and interviews. Based on the documentary analysis, it was concluded that Sinaes (Brazilian National System for Evaluation of Higher Education) established variable quality standards: a) pedagogical/formative conception existing in institutional self-evaluation; b) compliance with legal requirements set forth in the instrument for undergraduate courses evaluation; and c) students' performance as a basis for calculating indicators for courses and Higher Education Institutions. The case studies led to two groups. In the first group, the presence of elements valued by *in loco* evaluation instruments was observed in the institutional practice: academic community participation, coherence between pedagogical and institutional projects, connection between undergraduate and graduate courses, socioeconomic profile of graduates and connection between professional training and society. In the second group, Higher Education Institutions demonstrate to follow the logic of regulation, taking Enade (National Examination of Student Performance) and other evaluation instruments as a reference for course quality and adapting its institutional project for them.

Keywords: higher education evaluation; evaluation systems; accreditation systems; university quality.

Cursos de graduación en el Sinaes: la práctica institucional entre parámetros nacionales e internacionales de evaluación y acreditación de la calidad

RESUMEN. El artículo tiene por objetivo comprender los parámetros oficiales de calidad presentes en la evaluación de los cursos de graduación. Presenta el abordaje teórico de la evaluación, discusión de los parámetros nacionales e internacionales de evaluación y acreditación de la calidad, análisis de documentos oficiales y un estudio de caso en cursos en las áreas de Administración, Enfermería, Ingeniería y Pedagogía, realizando análisis de documentos institucionales, resultados de las evaluaciones y entrevistas. Se concluye, a partir del análisis documental, que el Sinaes estableció estándares de calidad variables: a) concepción pedagógico/formativa presente en la autoevaluación institucional; b) cumplimiento de requisitos legales dispuestos en el instrumento de evaluación de cursos de graduación; y c) desempeño de los estudiantes, como base para el cálculo de los indicadores para cursos y IES. Los estudios de caso se realizaron en dos grupos. En el primero, se observa la presencia, en la práctica institucional, de elementos que los instrumentos de evaluación *in loco* valoran: participación de la comunidad académica, coherencia entre el proyecto pedagógico y el institucional, articulación entre graduación y posgrado, perfil socioeconómico del egresado y articulación entre formación profesional y sociedad. En el segundo, la IES demuestra seguir la lógica reguladora, tomando al Enade y los otros instrumentos de evaluación como referencia de la calidad de cursos y adecuando a ellos su proyecto institucional.

Palabras-clave: evaluación de la educación superior; sistemas de evaluación; sistemas de acreditación; calidad universitaria.

Introdução

O artigo apresenta os resultados da pesquisa que objetivou compreender os parâmetros oficiais de qualidade utilizados em processos de avaliação dos cursos de graduação no período de vigência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)¹, realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa Observatório e Pesquisa das Políticas de Avaliação da Educação Superior (POW1), que integra o projeto OBEDUC: Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil da Rede Universitas/Br.

A discussão em torno da qualidade na educação superior brasileira adquire destaque quando da sua relação com o tema da avaliação, processo no qual essa desponta como instrumento tanto para assegurar a qualidade quanto para regular a explosão da expansão promovida via rede privada de ensino (Tavares et al., 2014). A legislação aponta que a qualidade, como resultado da avaliação, deve fornecer subsídios para a expansão, tal como indicado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei n. 9.394, 1996), e ratificado posteriormente na Lei n. 10.861/2004, que instituiu o Sinaes, quando prevê, em seu artigo 2º, que os resultados da avaliação deveriam se constituir como referencial básico à regulação (Lei n. 10.861, 2004). Entretanto, o que se observa é uma relação de inconstância nesse aspecto, tal como destacam Tavares et al. (2014, p. 99, grifo dos autores) ao mostrarem a “[...] forte tentativa de utilização da avaliação como ‘possibilidade de controle’, tendo sido quase esquecido seu papel de ‘indutora de

qualidade’ – principal meta e objetivo dos processos avaliativos instaurados no Sinaes [...]”.

Os autores salientam que contribuiu para isso o fato de alguns elementos que motivaram a criação do Sinaes haverem sido praticamente abandonados, dada à falta de valorização no conjunto do sistema de educação superior. Dentre esses elementos, destacam-se: a importância da autoavaliação nos processos instaurados e a manutenção de um fluxo avaliativo que privilegia análises embasadas nos dados das avaliações *in loco* dos cursos e Instituições de Educação Superior (IES), com resultados independentes e/ou complementares em relação à regulação. Ainda de acordo com os autores, corrobora esse fato a pouquíssima quantidade de cursos avaliados *in loco* para fins de autorização ou reconhecimento, principalmente a partir de 2008, como se constatou quando passa a ocorrer a dispensa da visita em função de resultados satisfatórios (3, 4 e 5) e a indicação da avaliação *in loco* devido a resultados insatisfatórios (1 e 2) no Conceito Preliminar de Curso (CPC) (Tavares et al., 2014).

Em face do exposto, a pesquisa questiona quais os parâmetros oficiais de qualidade utilizados nos processos de avaliação da educação superior no Brasil presentes no Sinaes, para isso busca conhecer quais as características dos cursos das áreas de Administração, Enfermagem, Engenharia Civil e Pedagogia, selecionados por serem os cursos com maior número de matrículas no país, a partir de uma amostra daqueles apontados como de alta qualidade, considerados os diversos elementos existentes para isso – resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), CPC, Conceito do Curso (CC).

¹ A pesquisa contou com o apoio do CNPq (Projeto Universal) processo 482079/2013-4.

A fim de responder a esses questionamentos, seguiu-se com as seguintes etapas metodológicas: 1. Revisão bibliográfica; 2. Captação e análise de dados estatísticos; 3. Levantamento e análise de fontes documentais; e 4. Estudo de caso dos quatro cursos considerados de 'alta qualidade' pelo Sinaes. A revisão bibliográfica compreendeu a classificação e organização de referências bibliográficas relacionadas com a concepção de qualidade na educação superior. A captação e a análise das informações foram provenientes dos bancos de dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), relacionadas ao Censo da Educação Superior (Censup), a resultados do Enade, do CC e CPC.

O levantamento e a análise de fontes documentais se baseiam em textos que apresentam propostas de avaliação da educação superior, a partir de atos normativos sobre avaliação, expressos em leis, decretos e portarias; diretrizes e notas técnicas explicativas dos procedimentos da avaliação; instruções normativas; e instrumentos de avaliação. Os estudos de caso dos quatro cursos de graduação foram realizados por meio da análise de seus documentos institucionais, como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), Relatórios de Gestão e Relatório da Autoavaliação Institucional, somados a visitas às Instituições de Educação Superior, com objetivo entrevistar os coordenadores de cursos e membros da gestão universitária.

Os resultados da análise desses procedimentos na presente pesquisa são apresentados nas três seções que compõem este artigo. Inicialmente se discute e contextualiza o conceito de qualidade da educação superior. A reflexão avança a partir do debate científico em torno do tema e do significado que assume nos documentos avaliativos oficiais elaborados no Brasil e no exterior. Posteriormente, à luz dos dados empíricos produzidos, são caracterizados os quatro cursos que compõem a amostra dos estudos de caso analisados na pesquisa.

A base epistemológica do conceito de qualidade no Sinaes

O conceito qualidade faz parte do discurso educacional no Brasil e apresenta-se ora atrelado à temática social e, em outros momentos, atrelado à avaliação (Rothen, Tavares, & Santana, 2015). Partindo do viés da avaliação, para Dias Sobrinhos (2002), ao desenvolver um processo de avaliação, surgem dois principais questionamentos: o que e para que avaliar. Dentre outras indagações que

advêm do processo de avaliação, mas nos detendo acerca desses dois, do que poderia ser avaliado e para que serviriam os resultados da avaliação, entende-se que muitos são os interessados em seus resultados, o professorado, o alunado, a empresa, entre outros agentes sociais manifestos na forma coletiva e/ou individual com diferentes interesses pela avaliação (Bourdieu, 2008).

Quanto mais nítidas forem as finalidades da avaliação, melhores serão os resultados daquilo que se avalia. Diante disso, Dias Sobrinho (2005) afirma que toda avaliação está fundamentada em uma visão de mundo, mesmo que não seja pensada com uma intencionalidade explícita. As visões de mundo que cada agente traz consigo, seja da vida pública ou privada, são expressas nos processos de avaliação, de forma direta ou indireta. Para o autor, toda avaliação tem a sua base epistemológica, mesmo que não esteja apresentada de forma notória.

Santana et al. (2016) buscam compreender o que é qualidade na educação superior por meio de políticas educativas implantadas no Brasil a partir da década de 1980. Os autores relatam que os cenários educacionais, nacional e internacional, direcionavam para o discurso de que era preciso avaliar a educação superior como forma da prestação de contas (*accountability*) à sociedade civil. Dentre as políticas mencionadas, estão o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU); o Relatório da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior (CNRES); e o Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES). Mencionam também acerca da 'Lista dos Improdutivos' da Universidade de São Paulo, que fomentou tensões e embates na comunidade acadêmica e no Estado. Naquele momento, para muitos agentes, avaliar significava punir e vingar.

Com base nesses pilares das políticas avaliativas da década anterior, Santana et al. (2016) identificaram a constituição de um discurso hegemônico da qualidade na educação superior. A consolidação desse discurso ocorreu durante os governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, diretrizes para a reforma do Estado foram dadas em vários campos, no que se refere à educação superior: "[...] a privatização, a terceirização e a publicização dos resultados das avaliações externas [...]" (Santana et al., 2016, p. 527), política educacional de caráter gerencial que fundamentava as ações do mercado educacional entre as IES. Com isso, o Estado passava a descentralizar suas atuações de forma a diminuir responsabilidade, garantindo a qualidade por meio

da responsabilização das instituições com os resultados do Exame Nacional de Cursos (ENC).

O discurso hegemônico se materializou na criação do ENC. Nesse cenário, havia a atuação de discursos contra-hegemônicos da qualidade na educação superior. Um deles vinha do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), implantado em 1994. O Programa resistia aos embates do discurso hegemônico produzidos por agentes vinculados ao Estado e pelos resultados do ENC, que eram divulgados e publicados pela imprensa em forma de *rankings*. Havia os discursos contra-hegemônicos dos movimentos estudantis, que faziam boicotes e manifestações públicas contra o ENC, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e demais entidades de caráter público vinculadas à educação superior do Brasil.

Sousa e Fernandes (2016) fazem um esforço para compreender qual é a base epistemológica da avaliação do Sinaes. Os autores partem suas análises da constituição da Comissão Especial de Avaliação (CEA), que apresentou a proposta do Sinaes ao Ministério da Educação (MEC), em 2004, até os dias atuais, quando uma série de regulamentações já fazem parte do Sistema. Na proposta da CEA, o Sistema deveria utilizar a avaliação formativa, que possibilitaria emancipação no processo avaliativo, em detrimento da avaliação somativa, que conduziria apenas à regulação por meio dos resultados alcançados. Com base nisso, os autores mencionam que a proposta não detalhou como deveria ser a emancipação na avaliação formativa, de que forma abrangeria todo o sistema educacional nacional com todas as especificidades das organizações acadêmicas. É justamente nesse fato que a epistemologia da avaliação do Sinaes deu seus primeiros direcionamentos para a regulação, ainda que de forma não aparente, que ao longo dos anos a “[...] emancipação assumiu diferentes contornos” (Souza, & Fernandes, 2016, p. 597). À medida que os propositores do Sistema não definiram quais seriam os contornos da emancipação, se deveria ser destinada às IES, ao alunado, à comunidade acadêmica ou aos demais agentes, possibilitou-se o progresso da avaliação regulatória, ficando isso cada vez mais evidente nas regulamentações instituídas ao longo do tempo no Sistema.

Para Peixoto, Tavares, Fernandes e Robl (2016), o Sinaes foi criado em uma arena repleta de disputa entre diversos agentes. A proposta da CEA teve a base epistemológica da avaliação formativa e emancipatória, mas também da avaliação regulatória, mesmo com menor ênfase naquele momento. Apesar das disputas entre os vários agentes, havia

uma confluência entre eles, de que era preciso assegurar a qualidade na educação superior.

Sousa e Fernandes (2016) expõem que os contornos da epistemologia da avaliação do Sinaes ficaram mais patentes a partir dos processos de regulamentações, que tiveram mediações dos seguintes agentes:

Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu), o Conselho Nacional de Educação (CNE), a Consultoria Jurídica do MEC (Conjur), a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (Sousa e Fernandes, 2016, p. 603).

Logo, a base epistemológica da avaliação do Sinaes era regular, mensurar, com ênfase na perspectiva somativa da avaliação. Avalia-se a educação superior para se obter indicadores mensuráveis de qualidade, o que não propicia um espaço para a avaliação emancipatória.

Ao longo do tempo, a qualidade na educação superior aproximava-se da perspectiva da regulação. A esse respeito, Peixoto et al. (2016) mencionam que, em dias atuais, o Sinaes faz uso de cinco métricas de qualidade, que são: avaliação institucional, por meio da avaliação interna e da avaliação externa; avaliação de cursos; Enade; CPC e; Índice Geral de Cursos (IGC). Os pesquisadores ainda ressaltam que apenas o Enade, o CPC e o IGC têm seus resultados divulgados para a sociedade civil.

Os resultados do Conceito de Curso (CC) e do Conceito de Instituição (CI), juntamente com Enade, CPC e IGC, são divulgados no Cadastro Público do e-MEC, que se constitui em um sistema próprio para tramitar os processos de avaliação e regulação da educação superior. Contudo, esse sistema é pouco conhecido pela sociedade para que se cumpra a finalidade de informar e orientar a comunidade acadêmica acerca da qualidade dos cursos e IES.

Para Peixoto et al. (2016), a aproximação da perspectiva regulatória na avaliação e na qualidade da educação superior está de acordo com discursos políticos oriundos da Nova Gestão Pública (NGP). É preciso avaliar para se obter indicadores de qualidade que são destinados ao mercado nacional e/ou internacional da educação superior. É uma forma descentralizada do mercado educacional regular a qualidade do ensino ofertado, fomentando a competitividade. A cultura empresarial competitiva passa a gerir as práticas dos agentes educacionais, visando a obterem os melhores desempenhos nas avaliações para atingirem os melhores indicadores de qualidade.

Os autores chamam a atenção para o gerencialismo e a performatividade na gestão da educação provenientes da NGP, que adota a abordagem da governança e da regulação de acordo com as políticas globalizadas. Essa abordagem viabilizaria que os resultados das métricas de avaliação da qualidade do Sinaes passassem a regular e a direcionar as políticas avaliativas, podendo, em determinadas ocasiões, favorecer com maior ênfase o setor educacional privado (Peixoto et al., 2016).

Entendem que a concepção de qualidade na educação superior é polissêmica, é uma arena de disputa por poder entre os diferentes agentes. Nesse campo, há discursos políticos majoritários que visam as concepções de qualidade vinculadas à performatividade, à gestão e ao gerencialismo, em alinhamento com as políticas globalizadas (Peixoto et al., 2016).

Apesar da década de 1990 ter sido marcada pelos embates entre o discurso hegemônico e os discursos contra-hegemônicos, na década de 2000, houve a prevalência do primeiro. Sousa e Fernandes (2016) destacam que o Sinaes foi criado com ênfase em uma proposta de avaliação formativa e emancipatória. Entretanto, ao longo da implantação das “[...] cinco métricas da qualidade” (Peixoto et al., 2016, p. 731), ocorreu a consolidação do discurso hegemônico. A qualidade da educação superior é estabelecida a partir da lógica neoliberal, promovendo a competição, a produção, a eficácia e a eficiência na educação superior.

Santana et al. (2016) consideram que o conceito da qualidade na educação superior é multirreferenciado, polissêmico, traz consigo um juízo de valor positivo. A qualidade pode variar de acordo com o contexto sociopolítico, da realidade social, de agentes envolvidos. Ao passo que diversos agentes apresentam seus discursos a respeito da qualidade, os mesmos são expostos em uma arena, em combate e disputa, seja o discurso hegemônico vinculado ao mercado educacional sejam os contra hegemônicos que visam à emancipação social dos agentes.

Agências de avaliação e acreditação: qualidade na educação superior

No que se refere às agências de avaliação e de acreditação, Abdalla et al. (2016a) analisam a concepção de qualidade da educação superior no contexto do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), do México e da Comunidade Europeia, os quais passaram por processo de expansão da educação superior nas décadas de 1980 e 1990, com ênfase em IES privadas.

Nunes e Barreyro (2014) relatam o processo de expansão em países da América Latina, a partir dos anos de 1980, em que o Estado que atuava como um Estado de Bem-estar-social passou a aderir às práticas neoliberais do Estado-avaliador nas descentralizações da prestação de serviço público para a iniciativa privada. A expansão do ensino ocorreu com maior incidência no setor privado, direcionando a isso a necessidade de flexibilização e de fragmentação por meio da diversificação das instituições de ensino superior. Nessa perspectiva, a expansão da educação superior passou a ser questionada quanto à qualidade do ensino ofertado. Por isso, a avaliação e a acreditação foram utilizadas para aferir a qualidade e comparar as IES e os demais sistemas de educação superior, a fim de estabelecer os padrões mínimos de qualidade de acordo com a agenda regional do MERCOSUL (Abdalla et al., 2016b; Nunes, & Barreyro, 2014).

Com cautela em suas análises, Abdalla et al. (2016a) pontuam que os processos de expansão e de avaliação, acreditação e regulação em cada país têm as suas especificidades e ocorrem de forma separadas, entretanto, fazem parte de uma mesma política globalmente estruturada, conforme salienta Dale (2004). Existe uma relação que sustenta as políticas educativas em uma agenda globalizada, além da internacionalização de muitos processos educativos, pois há uma interface entre as ações dos agentes, das políticas de avaliação da qualidade e da oferta do ensino superior.

Barreyro, Lagoria e Hizume (2015), ao analisarem a atuação das Agências Nacionais de Acreditação (ANAs), que são órgãos responsáveis pelos processos de acreditação dos cursos no Sistema Regional de Acreditação de Cursos Universitários (ARCU-SUL) no Mercosul Educacional, constataam a diversificação da oferta da educação superior; a transnacionalização da educação superior; e a mobilidade estudantil e profissional. Essas políticas impulsionaram a qualidade da educação, a avaliação e acreditação foram fundamentais aos países pertencentes ao MERCOSUL que buscaram a integração regional para o mercado de trabalho entre os profissionais formados e as titulações acadêmicas, além de outros fatores ligados à educação superior. A proposta de organizar os objetivos, as linhas gerais e as propostas operacionais, de forma consensuada, sobre a qualidade da educação superior, proporciona uma visão regional da qualidade dos cursos de graduação (Griboski, & Funghetto, 2013). A agenda regional estabelecida pelo MERCOSUL não está deslocada de uma agenda globalmente estruturada para a educação (Dale, 2004), ao passo que os

sistemas nacionais de avaliação da educação superior visam a estabelecer parâmetros de qualidade para que sejam comparadas.

No contexto europeu, a Associação Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior – *European Association for Quality Assurance in Higher Education* (ENQA) – não utiliza o termo qualidade, e, sim, excelência, para a garantia da qualidade na educação superior. Abdalla et al. (2016b) compreendem que isso se deve ao fato da excelência estar vinculada a uma perspectiva de qualidade excepcional, que nem sempre é alcançável. Nesse sentido, nem todas as agências vinculadas à ENQA irão reconhecer excelência nas IES, “[...] mas a especificação de excelência proporciona um quadro para garantia de qualidade e um foco para o realce” (Abdalla et al., 2016b, p. 32). Com a criação desse quadro de excelência, seria possível traçar estratégia, análise comparativa de desempenho institucional, *rankings*, entre outras ações compatíveis com as políticas globalmente estruturadas para a educação superior (Dale, 2004).

Instrumentos, documentos e referenciais de avaliação e acreditação: qualidade na educação superior

O Instrumento de Avaliação Externa de Cursos de Graduação do Sinaes tem a finalidade de subsidiar os atos autorizativos de cursos para a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de IES. Acioli e Oliveira (2014) realizam uma análise crítica dos instrumentos de avaliação de curso, editados entre 2004 a 2012, para fins de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento, com a finalidade de compreender os atributos para um curso ser considerado de qualidade a partir dos indicadores oficiais determinados pelos referenciais mínimos.

As autoras chamam a atenção para as diferenciações das nomenclaturas, durante as edições do instrumento, para os termos de escala da qualidade, variando entre não existente, insuficiente e suficiente, a serem atribuídos aos conceitos 1, 2 e 3, respectivamente, para os conceitos 4 e 5 as escalas variam bom/bem e muito bom/muito bem, até o emprego dos termos plenamente e excelente, com um viés mais qualitativo do que os conceitos 1, 2, 3 (Acioli, & Oliveira, 2014).

No Instrumento, os cursos são analisados de forma sistêmica e global, de modo a atender aos critérios de qualidade estabelecidos nos indicadores e garantir que terão êxito nos atos regulatórios. Acioli e Oliveira (2014, p. 399) afirmam que os referenciais de qualidade, pela maneira como são

construídos e conduzidos nos processos regulatórios, favorecem poucas IES e poucos alunos, em uma “[...] pseudoqualidade frente às diferentes realidades avaliadas”. Assim, os instrumentos possibilitam a exclusão advinda das melhorias e dos avanços das políticas públicas educacionais ao invés de favorecer a democratização da qualidade da educação superior em diferentes IES e cursos.

Entretanto, Griboski (2015) analisa que, para garantir a efetivação do processo de avaliação que subsidie o acompanhamento da qualidade da educação superior, surge a necessidade de debater questões centrais, tais como:

- i)* os avanços da vinculação da avaliação à regulação; *ii)* os benefícios da avaliação para a tomada de decisão pela gestão; *iii)* as formas de uso dos relatórios e informações da avaliação para orientar a qualidade dos cursos de graduação. A avaliação torna-se, portanto, uma necessidade para o processo educativo e precisa ser reconhecida em suas dimensões técnica, política e social como uma possibilidade de transformação (Griboski, 2015, p. 161).

Essa análise traz inúmeras possibilidades de diagnosticar a efetividade das políticas educacionais. Considerando o percurso histórico das IES e dos cursos, a avaliação, a depender do uso que é feito dos seus resultados, pode se caracterizar como uma ação que ultrapassa diretrizes governamentais e impulsiona a qualidade dos seus processos internos de gestão. De maneira geral, a divulgação dos resultados tem a finalidade de informar a sociedade sobre a qualidade da oferta, seja como parte da prestação de contas da gestão ou como forma de comprometer os envolvidos com os resultados satisfatórios e/ou metas não alcançadas.

Por sua vez, Rothen, Souza, Bernardes, Botiglieri e Borges (2014) buscaram identificar o conceito de qualidade presente nos documentos oficiais e dispositivos legais brasileiros publicados entre os anos de 2003 e 2013. Os autores identificam cinco categorias temáticas de qualidade, que são: 1) Qualidade como base para a fundamentação legal; 2) Qualidade tendo como referência a avaliação institucional; 3) Qualidade como relevância social; 4) Quando a qualidade é excelência; e 5) Qualidade baseada em índices e indicadores.

Para Rothen et al. (2014), o conceito qualidade é multirreferenciado e polissêmico, passa a ter sentido (referência) quando se torna um juízo de valor positivo para uma determinada prática. Nesse sentido, nos primeiros anos do Sinaes, a perspectiva de qualidade direcionava para uma visão formativa-educativa. Havia um anseio, por parte de agentes educacionais que conduziram a sua implantação, de desenvolver um processo de avaliação que

possibilitasse a melhoria da qualidade da educação superior de forma global e integradora, para as IES e os cursos.

Nesse cenário da qualidade da educação superior direcionada para uma perspectiva educativa, formativa, global e integradora, os embates e as disputas eram constantes na arena educacional. De forma que, aos poucos, a qualidade passou a ser referenciada por instrumentos, roteiros e diretrizes, aproximando-se de uma perspectiva regulatória. Havia, também, a qualidade referenciada ao desenvolvimento da educação superior, com as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais visando à responsabilidade social das IES e dos cursos com qualidade educativa (Rothen et al., 2014).

A qualidade da educação superior, nos documentos e nos dispositivos legais, referenciada a excelência, aproximava-se do discurso do mercado educacional, sendo que os resultados das avaliações (IES e cursos) deveriam promover a capacidade empreendedora, a competitividade, a eficiência, a eficácia, a flexibilidade, além da redução de custos e aumento de lucros. Nesse sentido, indicadores gerados a partir da avaliação favorecem o monitoramento e o planejamento da qualidade da educação superior.

Rothen et al. (2014) salientam, ainda, que as cinco categorias temáticas de qualidade identificadas nos documentos e nos dispositivos legais, no período do Sinaes, conduzem ao entendimento de dois conceitos em constante disputa e embate no campo da educação superior, que são: a qualidade gerencialista e a qualidade formativa-educativa.

A concepção de qualidade presente na avaliação dos cursos pelo Sinaes

Os cursos selecionados para análise do parâmetro oficial de qualidade utilizado em processos de avaliação foram escolhidos para estudos de caso na pesquisa porque obtiveram, de forma reiterada, conceitos 4 e/ou 5 nos ciclos avaliativos do Sinaes: 2005, 2008, 2011. A Tabela 1 a seguir apresenta a distribuição dos cursos de graduação que atendiam ao critério de terem passado pelos três ciclos avaliativos do Sinaes e obtido conceitos 4 e 5.

Tabela 1, Distribuição dos Cursos com Enade 4 e 5 por área (2004-2012).

| Cursos | Quantidade |
|------------------|------------|
| Administração | 76 |
| Enfermagem | 35 |
| Engenharia Civil | 11 |
| Pedagogia | 48 |
| Total geral | 170 |

Fonte: Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES/INEP). (2014, maio 20).

Outro critério utilizado para a escolha dos cursos para o estudo de caso foi a categoria administrativa e natureza jurídica das IES. Essa seleção foi feita a partir de dados do Enade disponíveis no site do INEP, os quais foram organizados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) e, posteriormente, fornecidos ao grupo de pesquisa. A Tabela 2 a seguir apresenta a distribuição das IES cujos cursos obtiveram reiteradamente conceitos 4 e/ou 5 nos três ciclos analisados, segundo organização acadêmica e dependência administrativa.

Tabela 2. Composição das instituições elegíveis para a amostra, segundo organização acadêmica e dependência administrativa.

| Organização acadêmica | Dependência Administrativa | | Total Geral |
|-------------------------|----------------------------|---------|-------------|
| | Privada | Pública | |
| ADMINISTRACAO | 27 | 49 | 76 |
| Centro Universitário | 5 | --- | 5 |
| Faculdade | 15 | 1 | 16 |
| Universidade | 7 | 48 | 55 |
| ENFERMAGEM | 3 | 32 | 35 |
| Faculdade | 2 | 2 | 4 |
| Universidade | 1 | 30 | 31 |
| ENGENHARIA CIVIL | --- | 11 | 11 |
| Universidade | --- | 11 | 11 |
| PEDAGOGIA | 22 | 26 | 48 |
| Centro Universitário | 3 | --- | 3 |
| Faculdade | 3 | --- | 3 |
| Universidade | 16 | 26 | 42 |
| Total Geral | 52 | 118 | 170 |

Fonte: Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES/INEP). (2014, maio 20).

Um terceiro aspecto considerado no critério de seleção dos cursos analisados foi a sua distribuição por regiões geográficas do Brasil. De modo que, os quatro cursos selecionados na pesquisa estão situados em quatro regiões geográficas, sendo que não foram localizados cursos com conceitos 4 e 5 na região Norte. Dois cursos estão localizados em universidades públicas federais, um em faculdade privada sem fins lucrativos e o outro em uma faculdade pública estadual.

Nessas instituições e cursos foram realizadas análise documental, análise de dados quantitativos, visitas e entrevistas. Na análise documental foram considerados os dados do Censo da Educação Superior, Relatórios de área do Enade, Relatório de Enade/curso específico de IES e resultados do CPC. Entre os documentos institucionais, foram consultados o PDI, o PPI, o PPC e Relatório de Autoavaliação Institucional. Nas visitas e entrevistas foi estabelecido um conjunto de questões norteadoras, compreendendo cinco itens: relação entre ensino, pesquisa e extensão; infraestrutura; projeto pedagógico; corpo docente; e corpo discente.

O caso do curso de Administração

O Curso de Administração, visitado por Fernandes, Robl e Meneghel (2017), iniciou suas

atividades em 1969, numa IES Pública Federal localizada na região Centro-Oeste do Brasil. É ofertado nas modalidades presencial e, desde 2006, a distância (EaD). Tem mais de 1000 alunos, 50 docentes concursados, além de substitutos e colaboradores. Conta com uma Empresa Júnior, constituída e gerenciada por alunos, desde 1992, financeiramente independente da IES. O responsável pela coordenação do curso no período matutino, no momento de realização desta pesquisa, não possuía doutorado. O responsável pela coordenação no período noturno, por sua vez, possuía graduação e mestrado em Administração e também não havia realizado o doutorado.

O curso presencial analisado participou do Enade em 2006, 2009 e 2012. Nesses três anos, obteve conceito 5 nos anos de 2006 e 2009 e 4 no ano de 2012. Nesse período, é possível perceber substancial amadurecimento na autoavaliação, tanto no que se refere à metodologia de trabalho, estrutura documental e temas abordados quanto na evolução dos referenciais de qualidade. Inicialmente atrelando sua qualidade ou a falta dela à questão orçamentária, em 2006, depois passando para uma reestruturação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), entre 2009 e 2010, quando também foram efetivamente absorvidas as orientações da Conaes, para, finalmente, chegar a um documento maduro, estruturado e metodologicamente organizado em 2012.

Tanto a análise do PDI como o PPI não trazem em seu corpo uma definição clara acerca do conceito de qualidade. Por exemplo, no PDI (2006-2010), um documento com 211 páginas, o termo qualidade aparece em 27 páginas, sendo que, em sua grande maioria, as expressões se limitam à 'melhoria da qualidade', mas sem mencionar o que seria essa tal qualidade. Contudo, ao considerarem o PDI e o PPI como importantes instrumentos de gestão e, que esses, de acordo com os próprios documentos, foram construídos de forma coletiva, pode-se deduzir que a busca pela melhoria da qualidade passa obrigatoriamente por um processo de autoconhecimento e ampla discussão com o coletivo de atores.

Com relação à concepção de qualidade presente no PPC de Administração, objeto deste estudo, encontrou-se no documento 48 ocorrências da palavra 'qualidade'. E, assim como nos documentos PPI e PDI, a expressão aparece sempre vinculada à melhoria da qualidade, mas sem especificar o que exatamente isso significa. Contudo o que nos parece claro é a busca de uma qualidade relacionada aos critérios e indicadores de qualidade estabelecidos pelo MEC. Essas análises permitem concluir que a concepção de qualidade implica em um exercício

interpretativo através do qual o desempenho das instituições e dos cursos é reconhecido no contexto social, econômico, ambiental e cultural em que a IES está inserida. Assim, a qualidade é o esforço contínuo das IES ou de um curso para cumprir responsabilidades com cada uma de suas funções (Robl, 2015).

Nos documentos da IES, a percepção de qualidade está associada ao seu papel estratégico no centro do poder político, o que interfere na IES e ela, por sua vez, interfere nesse meio. O nascimento da IES, como uma decisão política estratégica que visava dotar o país de uma nova universidade que servisse de modelo e inspiração, faz com que haja um *ethos* muito singular, não só em termos de organização acadêmica, inovadora pelo tempo de sua criação, com os institutos que congregaram as diferentes faculdades, como também na sua relação com a avaliação e a regulação.

O desempenho do curso de Administração parece estar associado ao histórico e ao prestígio da IES a qual se encontra vinculado, tendo o Sinaes pouca contribuição, todavia, seus instrumentos, como a Avaliação de Cursos de Graduação (ACG), Enade, Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e CPC, são indiscutivelmente relevantes na medida em que atestam essa excelência, afirmando-a e reafirmando-a a cada ciclo. Pode-se admitir que a qualidade do curso deriva da excelente qualidade do corpo social da universidade, da excelente formação pretérita de seu alunado, e, de algum modo, de seu *ethos* face ao meio que lhe abriga.

O caso do curso de Enfermagem

O Curso de Enfermagem, investigado por Abdalla et al. (2016a), foi criado em 1980 e teve início em 1981, numa IES Pública Estadual localizada na região Sudeste do Brasil. Foi estruturado como um Departamento, seguindo as mesmas normas do Curso de Medicina. No ano de 1999, a instituição adota uma nova estrutura organizacional e o Departamento de Enfermagem passa, então, a denominar-se Curso de Enfermagem. O curso oferece 40 vagas anuais em turno integral. O curso adota o currículo integrado e orientado por competência dialógica, optando pela aplicação da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), na Unidade Educacional Sistematizada (UES) e na Problemática, na Unidade de Prática Profissional (UPP).

O Curso analisado está entre os poucos cursos que obtiveram os conceitos 5 e 4 nos três ciclos avaliativos do Sinaes (2007, 2010 e 2013), conceito 5

em 2007 e 4 nas avaliações de 2010 e 2013, respectivamente. O currículo desse curso considera competência profissional a capacidade de mobilizar articuladamente diferentes recursos (cognitivos, afetivos, psicomotores) que permitam abordar e resolver situações complexas referentes à prática profissional. Foi assim que na reestruturação curricular, em 1997, já se incluía a noção de competência na descrição do perfil do profissional que desejava formar. Nesse sentido, a aprendizagem é orientada para a ação, e a avaliação da competência é baseada nos resultados observáveis, denominados desempenhos, que, por sua vez, compõem-se de atributos (habilidades e capacidades) que se desenvolvem ao longo do curso.

Esse cenário reflete os processos de mudanças curriculares pelos quais passou o curso analisado, produto da interação entre os diversos atores na instituição alicerçados pelas políticas públicas de indução de mudanças no ensino superior em saúde. É assim que o PPC de Enfermagem pesquisado traz explícito o empenho da instituição no desenvolvimento das competências específicas, preparando enfermeiros para prestar o complexo e multifacetado cuidado integral à saúde. Preza por uma concepção dialógica de competência que trabalha com o desenvolvimento de atributos (cognitivos, psicomotores e afetivos) que, combinados, conformam distintas maneiras de realizar, com sucesso, tarefas essenciais e características de uma determinada prática profissional.

Cabe destacar alguns aspectos relevantes que podem explicar o sucesso acadêmico alcançado pelo Curso de Enfermagem no período pesquisado, dentre os quais se encontram a integração entre os PPC dos cursos que integram a IES (Medicina e Enfermagem); a coerência entre a política pedagógica institucional e o PPC; o processo permanente de revisão, planejamento e condução do PPC; o foco no perfil do enfermeiro a ser formado; o modelo do PPC consolidado na relação teoria-prática; a pesquisa como princípio educativo; a inserção dos estudantes nos cenários da prática profissional; a avaliação contínua e formativa; a educação permanente como processo de reflexão crítica; a permanência e comprometimento do corpo docente; e o processo de gestão colegiada.

Apreende-se, dos dados analisados, que as explicações acerca do desempenho de qualidade do Curso de Enfermagem no Enade, independente da condição socioeconômica dos estudantes, têm como foco central o modelo pedagógico do curso, por ser gerador de posturas indutoras da aprendizagem

significativa e por colocar a prática como eixo estruturante da formação em diferentes níveis de complexidade e cenários da área da Enfermagem. Contudo, identifica que o engajamento em projetos de pesquisa e extensão ainda é incipiente, um desafio institucional que tem como aliado os recentes cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O caso do curso de Engenharia Civil

O Curso de Engenharia Civil, visitado por Tavares, Peixoto, Oliveira, Acioli e Bueno (2016), originou-se de uma antiga Escola de Engenharia, criada em 1951, numa IES pública federal localizada na região Nordeste do Brasil, e preserva a gestão colegiada que lhe é inerente desde a incorporação à IES. A carga horária é de 3970 h/a cumpridas, no mínimo, em cinco anos letivos. Oferece 80 vagas anuais, divididas em dois semestres e, em 2016, foram matriculados 407 alunos, tendo, nos últimos cinco anos, 263 concluintes. Possui um total de 71 professores, sendo 52 doutores, 16 mestres e 03 especialistas. A matriz curricular do curso foi revista e disciplinas incorporadas, embora se mantendo o perfil profissiográfico.

Em relação ao desempenho no Enade, observou-se que o Curso de Engenharia Civil da IES pesquisada obteve conceito Enade 4 em 2005, 5 em 2008 e 4 em 2011. O PDI da IES analisada se embasa nas propostas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tendo um grande impacto sobre as atividades acadêmicas por se constituir como instrumento de alavancagem institucional, norteador pelas políticas estabelecidas no PPI ao traçar diretrizes para que os cursos de graduação sejam capazes de obter a excelência dentro de sua área de conhecimento. O Curso de Engenharia Civil demonstrou, quando das avaliações de larga escala, corresponder a esse propósito ao ser classificado entre os 11 melhores existentes no Brasil, segundo os referenciais de qualidade oficiais.

O PPC do curso mostra uma preocupação constante em estabelecer precocemente uma interação entre o cenário interno de formação profissional e a interface de uma sociedade, em que a competitividade crescente da globalização traz como exigência a preparação aberta para as inovações tecnológicas, mas também para uma participação política consciente e atenta às necessidades regionais, quanto mais distantes.

A integração dos alunos ao curso e a inserção da prática em sua formação se manifestam em diferentes oportunidades sob o rótulo de 'Atividades

Complementares', que são apresentadas na forma de: monitoria; atividades de pesquisa – Programa de Capacitação Discente (PEC) e Iniciação Científica; Empresa Júnior (EJEC), integrada ao curso de Arquitetura e Urbanismo; orientação acadêmica, pelo Programa de Orientação Acadêmica – (PROA); e o Programa de Educação Tutorial (PET), que fazem a diferença na busca da qualidade do curso.

É possível tecer algumas considerações a respeito da razão do sucesso acadêmico alcançado ao se afirmar que, em termos formais, as condições políticas, administrativas e didático-pedagógicas, que se encontram expressas nos documentos disponibilizados, estão postas de forma a propiciar as práticas de gestão, ensino, pesquisa, extensão que favorecem a formação do profissional e do cidadão a que a IES e, especificamente, o curso de Engenharia Civil se propõe.

Ao analisar a percepção discente sobre a organização didático-pedagógica, observou-se que os participantes consideram os docentes com bom domínio do conteúdo e atualizados, embora haja baixa satisfação entre os concluintes de 2011. Em relação à infraestrutura, na percepção dos alunos, conquistou melhor padrão a partir de 2008, registrado pelo nível de aceitação dos estudantes, antes bastante críticos em relação às instalações e equipamentos, o que se confirma com a avaliação *in loco*. A percepção dos concluintes com relação ao Curso reafirma a coerência existente entre o PPI e o PPC em que se destaca um currículo bem integrado, com o acompanhamento da trajetória estudantil sendo preocupação constante entre os docentes através do apoio extraclasse e o cuidado com a metodologia utilizada em sala de aula.

Ainda para os estudantes, o que confere qualidade ao curso é a dedicação e a atenção dos professores e a oportunidade de ampliação de aprendizagem, aqui traduzida pela inserção dos estudantes em projetos e programas que os envolvem em atividades de pesquisa, monitoria e extensão desde o início do curso, embora haja críticas em relação ao estágio supervisionado pela falta de sensibilidade das empresas locais ao exigirem que os alunos permaneçam no local de realização dos estágios em tempo integral, inviabilizando a frequência às aulas, uma vez que o curso ocupa os turnos matutino e noturno.

O excelente desempenho demonstrado pelos seus alunos pode ser creditado às condições que foram possíveis de ser identificadas e que, de modo geral, contribuem para um bom fazer acadêmico, como: a coerência orgânica do PPC com o PDI e o PPI; a atualização e revisão dos conteúdos

programáticos; a preservação de propósitos em relação ao perfil dos egressos do curso; o destaque para a inserção profissional no mundo do trabalho; os sólidos conhecimentos básicos aliados ao espírito de pesquisador e à capacidade de operar sistemas complexos; a preocupação constante entre o cenário interno de formação profissional e a sociedade; as múltiplas oportunidades de formação através das Atividades Complementares; a articulação orgânica entre graduação e pós-graduação, assim como entre ensino, pesquisa e extensão; as condições socioeconômicas do estudante do curso; e a constante expansão do espaço físico.

O caso do curso de Pedagogia

O Curso de Pedagogia, pesquisado por Botelho, Griboski, Fernandes, Lemos, e Sousa (2017), foi criado em 1999, sendo autorizado em Portaria específica no ano 2000, em uma IES Privada sem fins lucrativos localizada na região Sul do Brasil. O curso é integralizado em 08 semestres, com carga horária de 3.200 horas, e dispõe de 80 vagas anuais. O curso é organizado com 14 docentes, sendo que destes 1 tem doutorado, 7 têm mestrado, 5 são especialistas e existe, ainda, 1 graduado. A coordenação do curso está desde o ano 2000 sob a responsabilidade de um docente com mestrado em Educação.

O Curso analisado participou do Enade 2005, obtendo o conceito 4 e manteve esse resultado nos anos de 2008 e 2011. A partir de 2008, tem-se o início do cálculo do CPC dos cursos e, em ambos os anos, 2008 e 2011, o Curso de Pedagogia obteve conceito 3 no referido indicador.

A análise dos insumos para a qualidade, existentes nos documentos oficiais e nos resultados dos ciclos avaliativos do Sinaes do Curso de Pedagogia pesquisado, permite concluir que a melhoria da qualidade está atrelada ao atendimento aos parâmetros oficiais de excelência e incorporação/adequação desses nos documentos institucionais. Notou-se, ainda, que o curso em questão tem uma alta preocupação com os resultados do Enade, o que, em tese, pode significar que a preparação do Enade não é propriamente uma inadequação ao modelo, mas uma necessidade de formação crítico-reflexiva, que, muitas vezes, não está contemplada nos Projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse caso específico, há uma clara identificação do Enade como referência de qualidade dos cursos e uma adequada articulação entre PDI/PPI e PPC, inclusive com estratégias curriculares de articulação entre teoria e prática que justificam, de modo

preponderante, a inserção do egresso no mercado de trabalho como indicador de qualidade do curso.

Destaca-se a proatividade do gestor acadêmico na promoção da qualidade. Contudo, os resultados do curso em questão apresentam pontos questionáveis, haja vista a centralidade no Enade e, por sua vez, nos insumos que compõem o CPC, exemplo disso é o foco na percepção do estudante sobre a infraestrutura e organização pedagógica do curso, o que pode revelar certa subjetividade inerente a esse instrumento de coleta.

Os dados indicam alguns elementos que podem ser considerados por se tratar do entendimento de características de qualidade do Curso de Pedagogia pesquisado, assim, a ideia de qualidade se relaciona àquilo que vai atingir o seu objetivo: à integração dos conteúdos; à organização do trabalho pedagógico; aos retornos observados em relação aos resultados do curso; à responsabilidade social e inserção dos egressos no mercado de trabalho; as respostas positivas do curso (qualidade); aos resultados em concursos públicos; aos resultados no próprio Enade; e à atuação dos egressos como docentes da Educação Básica.

Entende-se que somente a análise global dos resultados de avaliação (avaliação *in loco* e Enade), em todas as suas dimensões (infraestrutura, corpo docente e organização pedagógica) em relação à trajetória do curso de Pedagogia, possibilitaria construir, com maior fidedignidade, a referência de qualidade do curso de Pedagogia no que se refere a uma política de cunho formativo para a IES com o propósito de melhoria da qualidade dos documentos, das ações institucionais e da formação acadêmica.

Considerações finais

O artigo teve o objetivo de compreender os parâmetros oficiais de qualidade utilizados em processos de avaliação dos cursos de graduação no Sinaes. Com a análise documental, concluímos que o Sinaes estabeleceu padrões de qualidade variáveis: a) concepção pedagógico/formativa presente na autoavaliação institucional; b) cumprimento de requisitos mínimos de funcionamento relacionados à organização didático-pedagógica, à infraestrutura e ao corpo docente dos cursos, e o cumprimento de requisitos legais dispostos no instrumento de avaliação de cursos de graduação; e c) desempenho dos estudantes, como base para o cálculo dos indicadores para cursos e IES. A partir 2008, o CPC se tornou o padrão oficial e institucional de qualidade, alimentando a competição entre os cursos e instituições. Nos estudos de caso, a visão de qualidade dos atores institucionais está mais

diretamente relacionada à maneira como o curso é organizado, à articulação entre teoria e prática, à gestão do curso, à inserção dos egressos no mercado de trabalho e à responsabilidade social da instituição.

A pesquisa evidenciou os seguintes fatores para manutenção de alto desempenho nas avaliações. No curso de Administração visitado, observa-se que o histórico e a cultura institucional de construção de uma universidade de excelência condicionam o bom desempenho dos cursos, além do perfil do alunado e dos eixos norteadores da IES: construção coletiva, negociação da comunidade acadêmica e flexibilidade na concepção metodológica.

No Curso de Enfermagem, destaca-se o modelo inovador do projeto político-pedagógico do curso, a gestão colegiada, a participação discente nas instâncias de decisão, a avaliação contínua e diversificada e, também, o compromisso e permanência do corpo docente.

No curso de Engenharia Civil, destaca-se que há coerência entre as políticas institucionais mais amplas e o Projeto do Curso e fatores como articulação entre graduação e pós-graduação, perfil socioeconômico do egresso e articulação entre o cenário interno de formação profissional e a sociedade.

No Curso de Pedagogia, observa-se uma identificação do Enade como referência de qualidade dos cursos; adequada articulação entre PDI/PPI e PPC e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); estratégias curriculares de articulação entre teoria e prática; inserção do egresso no mercado de trabalho como indicador de qualidade do curso; e proatividade do gestor acadêmico na promoção da qualidade.

A análise da relação das práticas institucionais com os resultados da avaliação permitiu dividir os cursos estudados em dois grupos. No primeiro, se observa a presença de elementos que os instrumentos de avaliação *in loco* valorizam: participação ativa da comunidade acadêmica na elaboração e execução do projeto pedagógico, a coerência desse com o projeto institucional, articulação entre graduação e pós-graduação, perfil socioeconômico do egresso e articulação entre o cenário interno de formação profissional e a sociedade. Além disso, a cultura institucional de construção de uma IES de excelência e o *background* do alunado condicionam o bom desempenho dos cursos. No segundo grupo, a IES demonstra seguir a lógica reguladora, tomando o Enade e os outros instrumentos de avaliação como referência da qualidade de cursos e adequando a eles o seu projeto institucional.

Referências

- Abdalla, I. G., Ruiz-Moreno, L., Abensur, P., Seiffert, O. M. L. B., & Limeira, P. (2016a) O padrão oficial de qualidade dos cursos de enfermagem: análise dos resultados do ENADE (2004, 2007 e 2010) e da associação com outros indicadores do SINAES. In *XXIV Seminário da Rede Universitas/Br: dívida pública e educação superior* (p. 611-634). Maringá, PR.
- Abdalla, I. G., Sousa, J. V., Seiffert, O., Ruiz-Moreno, L., Abensur, P., Gonçalves, L. F. A., & Limeira, P. (2016b). Concepção de qualidade da educação superior: o debate no MERCOSUL, no México e na Comunidade Europeia. *Educação e Fronteiras On-Line*, 6(16), 21-36. Doi: 10.30612/eduf.v6i16.5704.
- Acioli, A. C., & Oliveira, M. A. A. (2014). Instrumentos de avaliação de cursos: o que define a qualidade de um curso de graduação na perspectiva do SINAES? In *XXIII Seminário da Rede Universitas/Br - Expansão da Educação Superior e da Educação Profissional: tensões e desafios* (p. 388-401). Belém, PA.
- Barreyro, G., Lagoria, S. L., & Hizume, G. C. (2015). As agências nacionais de acreditação no sistema ARCU-SUL: primeiras considerações. *Avaliação*, 20(1), 49-72. Doi: 10.590/S1414-40772015000100005.
- Botelho, A. de F., Griboski, C. M., Fernandes, I. R., Lemos, J. R., & Sousa, J. V. (2017). O padrão oficial de qualidade dos cursos de Pedagogia. In Rothen, J. C. et al. *Relatório técnico avaliação, expansão e qualidade da educação superior no século XXI: uma análise sobre o conceito de qualidade nos cursos de graduação no período pós-SINAES (2004-2012)* (pp. 207-232). Brasília: CNPq.
- Bourdieu, P. F. (2008). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus.
- Dale, R. (2004). Globalização e educação: demonstrando a existência de uma 'cultura educacional mundial comum' ou localizando uma 'agenda globalizante estruturada para a educação'? (A. M. Magalhães, Trad., S. R. Stoer, & A. M. Magalhães, rev. cient.). *Educação & Sociedade*, 25(87), 423-460. Doi: 10.1590/S0101-73302004000200007
- Dias Sobrinho, J. (2002). Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In L. C. Freitas (Org.), *Avaliação: construindo o campo e a crítica* (p. 13-62). Florianópolis, SC: Insular.
- Dias Sobrinho, J. (2005). Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In D. Ristoff, & V. P. Junior Almeida. (Orgs.), *Avaliação participativa: perspectivas e desafios* (p. 15-39). Brasília, DF: INEP.
- Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES/INEP). (2014, maio 20). *Consulta de dados ENADE* [mensagem pessoal]. Recuperado de ramos.ives@gmail.com
- Fernandes, I., Robl, F., & Meneghel, S. (2017). O padrão oficial de qualidade dos cursos de Administração. In J. C. Rothen et al. *Relatório técnico avaliação, expansão e qualidade da educação superior no século XXI: uma análise sobre o conceito de qualidade nos cursos de graduação no período pós-SINAES (2004-2012)* (p. 148-171). Brasília, DF: CNPq.
- Griboski, C. M. (2015). O Sinaes e a política de desenvolvimento da educação superior. In J. V. Sousa. (Org.), *Expansão e avaliação da educação superior brasileira: formatos, desafios e novas configurações* (p. 157-175). Belo Horizonte, MG: Fino Traço.
- Griboski, C. M., & Funghetto, S. S. (2013). O Brasil no processo de acreditação de cursos de graduação do Sistema Arcu-sul. In R. S. Ribeiro E. S. (Coord.), *Direito do MERCOSUL* (p. 569-586). Curitiba, PR: Appris.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, Presidência da República.
- Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004 (2004). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, Presidência da República.
- Nunes, L. V., & Barreyro, G. B. (2014). Acreditação da educação superior no Mercosul: considerações iniciais. In Rothen, J. C., Silva, E. P. (Orgs.), *Políticas públicas para a educação superior* (p. 49-64). São Paulo, SP: Xamã.
- Peixoto, M. C. L., Tavares, M. G. M., Fernandes, I. R., & Robl, F. (2016). Educação Superior no Brasil e a disputa pela concepção de qualidade no Sinaes. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAES*, 32(3), 719-737. Doi: 10.21573/vol32n32016.68571.
- Robl, F. (2015). *Quo vadis educação superior da Colômbia? Expansão, acreditação e internacionalização* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rothen, J. C., Tavares, M. G. M., & Santana, A. C. M. (2015). O Discurso da qualidade em periódicos internacionais e nacionais: uma análise crítica. *Revista Educação em Questão*, 51, 251-273. Doi: <http://dx.doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7179>
- Rothen, J. C., Souza, A. C., Bernardes, J. S., Botiglieri, P. C., & Borges, R. M. (2014). Parâmetros Oficiais de Qualidade na Avaliação da Educação Superior 2003-2013. In *XXIII Seminário da Rede Universitas/Br - Expansão da Educação Superior e da Educação Profissional: tensões e desafios* (p. 402-419). Belém, PA.
- Santana, A. C. M., Silva, A. L. C., Souza, A. C., Bernardes, J. S., Rothen, J. C., Bortolin, L., ... Borges, R. M. (2016). A qualidade no ensino superior: discursos hegemônico e contra-hegemônicos em disputa. In *XXIV Seminário da Rede UNIVERSITAS/BR: dívida pública e educação superior* (p. 521-536). Maringá, PR.
- Sousa, J. V., & Fernandes, I. R. (2016). Emancipação e avaliação regulatória no sistema federal de ensino. In *XXIV Seminário Nacional da Rede Universitas/Br: Dívida Pública e Educação Superior no Brasil* (p. 595-610). Maringá, PR.
- Tavares, M. G. M., Meneguel, S. M., Peixoto, A. L. V. A., Prado, A. P., Griboski, C. M., Robl, F., ... Cavachia, R.

- C. (2014). A relação expansão-avaliação da educação superior no período pós-LDB/1996. *Revista Eletrônica de Educação*, 8(1), 92-105. Doi: 10.14244/198271991014
- Tavares, M. G. M., Peixoto, A. L. V. A., Oliveira, M. A. A., Acioli, A. C., & Bueno, L. B. (2016). Análise do padrão oficial de qualidade dos cursos de engenharia civil em seu ciclo avaliativo - Sinaes, tendo por base o Enade 2005, 2008 e 2011: uma primeira aproximação. In *XXIV Seminário da Rede Universitas/Br: dívida pública e educação superior* (p. 559-578). Maringá, PR.
- Received on June 15, 2016.
Accepted on February 26, 2018.
- License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

José Carlos Rothen. Possui graduação (1986) e mestrado (1992) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2004), pós doutorado na Université de Strasbourg com apoio da CAPES (2016). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de São Carlos, lotado no Departamento de Educação, atuando no curso de Pedagogia, em cursos de Licenciatura e no Programa de Pós-Graduação em Educação, ministrando disciplinas relacionadas com a temática de Políticas Públicas. Foi coordenador da Comissão Própria de Avaliação da UFSCar de 2013 a 2015, Coeditor da Revista Cadernos da Pedagogia. Foi membro da Comissão de Pós-graduação em Educação (CPG - UFSCar) de 09/2010 a 02/2013. Atuou como professor da Educação Básica. Tem experiência no magistério com as disciplinas de Filosofia (introdução e educação), trabalhou com assessoria pedagógica à coordenadores da Educação Superior e na elaboração e implantação de projetos pedagógicos. Desenvolve pesquisas principalmente nos seguintes temas: Avaliação da Educação Superior, Políticas Públicas e História da Educação Superior: Reforma Universitária de 1968, Imprensa, Revistas e Impressos Educacionais. Edita o site www.rothen.pro.br
E-mail josecarlos@rothen.pro.br
ORCID <http://orcid.org/0000-0002-5360-1913>

Joelma dos Santos Bernardes: Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mobilidade Internacional na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade do Porto (U. Porto). Mestre em Educação pela UFSCar. Licenciada em Pedagogia e especialista em Pedagogia Empresarial Organizacional pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membro dos seguintes grupos de pesquisa: Economia Política da Educação, Estética e Formação Humana (GEPEFH) e Observatório e Pesquisa das Políticas de Avaliação da Educação Superior (POW1), ambos da UFSCar; Estudos e Pesquisas em Políticas, História e Avaliação da Educação Superior (GEPPHAES), da Universidade de São Paulo (USP); Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Profissional e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e Grupo de Análise de Políticas Educativas (GAPE) da FPCE da U. Porto. Investiga na área de política educativa e avaliação educacional e tem experiência profissional nas áreas de Educação Infantil e Educação Profissional.
E-mail: joelma.santos833@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5769-9364>

Regilson Maciel Borges: Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2005), mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2011) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2017). Foi bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/2017-2018). Membro da Rede Universitas/Br. Participa do Observatório e Pesquisa das Políticas de Avaliação da Educação Superior (POW1-UFSCAR), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Avaliação (GEPPEA-UEPG), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, História e Avaliação da Educação Superior (GEPPHAES-USP) e do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Educacionais e Democracia (EPED-UNOESTE). Atualmente é Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Tem se dedicado a estudos na área da Avaliação Educacional, atuando nos seguintes temas: estudos em avaliação educacional; gestão de sistemas e escolas; políticas educacionais e políticas, história e avaliação educacional.
E-mail: regilsonborges@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6115-364X>

Claudia Maffini Griboski: Licenciada em Pedagogia. Especialista em Gestão Escolar e Mestre em Engenharia da Produção na Área da Qualidade da Gestão Escolar pela UFSM. Doutora em Educação pela UnB. Professora da UnB. Diretora de Avaliação e Informações Gerenciais do Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional da UnB e Pesquisadora Institucional da UnB. Tem experiência em gestão de políticas e avaliação de sistemas educacionais e docência da educação básica e superior. Desenvolve estudos e pesquisas sobre avaliação, interprofissionalidade e tecnologias de educação em saúde, educação especial, acessibilidade, projetos pedagógicos, e currículo. É membro do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (GEPAES/UnB), do Grupo de Estudos sobre Formação e Integração ensino-serviço-comunidade (GEFIESCO/UnB) e do Grupo de Trabalho de Políticas de Educação Superior da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - GT 11/ANPEd.

E-mail: cgriboski4@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5203-7927>

NOTA:

Eu, José Carlos Rothen, declaro que o artigo Cursos de graduação no Sinaes: a prática institucional entre parâmetros nacionais e internacionais de avaliação e acreditação da qualidade submetido e aprovado na revista *Acta Scientiarum. Education* foi elaborado por mim, em conjunto com Claudia Maffini Griboski, Joelma dos Santos Bernardes e Regilson Maciel Borges. As etapas de elaboração (concepção, organização, análise, interpretação dos dados, formatação e revisão crítica) foram realizadas coletivamente.